

O recorde de uma manobra eficaz: dez horas de sessão

BRASÍLIA — O uso correto de manobras regimentais permitiu ao Governo do General João Figueiredo, no começo da década de 80, duas vitórias num só dia, mesmo tendo seu partido, o PDS, dividido: conseguiu aprovar projeto, instituindo a sublegenda nas eleições, e decreto-lei sobre política salarial, por decurso de prazo. Para isso, os aliados no Congresso Nacional tiveram que bater um recorde: arrastaram uma sessão por mais de dez horas.

Naquela época, a situação do Governo era inversa à de hoje: o partido do Presidente da República detinha a maioria de direito (o PDS era majoritário) mas não de fato — alguns parlamentares votavam com a Oposição. Portanto, a estratégia também era a inversa: lutar pela votação simbólica, pois o Líder do PDS falaria por toda a bancada.

O dia escolhido para a votação do projeto da su-

blegenda coincidiu com o último prazo para a votação de um decreto-lei salarial importante para a política econômica do Governo. A estratégia do Governo foi perfeita: obstruiu tanto quanto possível a sessão do Congresso, que foi aberta às 13 horas.

Depois de escalar parlamentares para falar em "questões de ordem" e líderes para fazerem discursos de mais de uma hora na tribuna, o Governo conseguiu chegar às 23 horas vitorioso — estava aprovada a sublegenda.

Foi, então, aberta nova sessão para apreciar o decreto-lei salarial (o antecessor da Medida Provisória, com uma diferença: se não fosse votado, ficaria aprovado — hoje a Medida Provisória não votada fica rejeitada). Com recursos regimentais, o PDS conseguiu atrasar a sessão e chegar à meia-noite sem a votação. O decreto-lei estava aprovado.